

## **A VIOLÊNCIA OBSTÉTRICA E SEUS PREJUÍZOS AO PUERPÉRIO: UM OLHAR DA ENFERMAGEM**

Emanuelle Erlacher<sup>1</sup>; Juliana Portes Candote Frinnhani<sup>1</sup>, Nathália Gomes da Silva Costa<sup>1</sup>, Rayane Cristina Faria de Souza<sup>2</sup>, Cintia Barreto Ferreira Andrade<sup>3</sup>, Lara Nicoli Passamani<sup>3</sup>, Syane de Oliveira Gonçalves<sup>3</sup>, Ana Carolina de Goes Batista Amaral<sup>3</sup>, Luiz Gustavo Ribeiro de Carvalho Murad<sup>3</sup>

<sup>1</sup> Discente do Curso de Enfermagem do Centro Universitário Multivix Vitória, Vitória – ES

<sup>2</sup> Docente do Curso de Enfermagem do Centro Universitário Multivix Vitória, Vitória – ES

<sup>3</sup> Docente do Curso de Medicina do Centro Universitário Multivix Vitória, Vitória – ES

### **RESUMO**

A violência obstétrica (VO) gera impactos negativos em mulheres durante gestação, parto e puerpério. Manifesta-se em diversas formas, violando direitos humanos e prejudicando a saúde física e emocional das mulheres, assim como o vínculo mãe- bebê e a amamentação. A VO acarreta prejuízos físicos, como lesões e complicações pós-operatórias, além de aumentar o risco de infecções, impactando a recuperação pós-parto e a qualidade de vida. Trata-se de uma revisão no qual foi selecionado através de critérios 07 artigos para responder à pergunta norteadora: "Como o enfermeiro atua frente à VO e suas consequências?". Verificou que o papel do enfermeiro na VO é crucial para garantir o bem-estar da gestante e parturiente, promovendo um ambiente de assistência respeitosa e livre de violência. A pesquisa destaca práticas de VO, como episiotomia sem indicação, manobra de Kristeller, piadas inapropriadas e desrespeito à anatomia da mulher, bem como estabelece boas práticas que promovem a humanização do parto. A falta de conhecimento das parturientes sobre a VO destaca a necessidade de uma abordagem mais abrangente na educação liderada pelos enfermeiros. Destaca-se que a equipe de enfermagem desempenha um papel crucial na prevenção da VO, promovendo boas práticas, acolhimento, apoio físico e emocional, além de reduzir procedimentos invasivos. Portanto, é notório a importância de uma abordagem multidisciplinar, incluindo o empoderamento das mulheres, o uso de tecnologias para conscientização e discussão, além do papel crucial do enfermeiro na promoção de uma assistência obstétrica baseada no respeito e escolhas informadas.

Palavras-chave: Danos psicológicos, Enfermagem, Puerpério, Violência obstétrica.

### **INTRODUÇÃO**

A violência obstétrica (VO) é um tema que tem recebido cada vez mais atenção e discussão nos últimos anos, especialmente por seu impacto na saúde e bem-estar das mulheres durante o período de gestação, parto e puerpério. Infelizmente, muitas mulheres têm relatado experiências traumáticas durante o parto, incluindo práticas abusivas, negligência, desrespeito e até mesmo violência física e psicológica. Essas práticas podem causar danos físicos e emocionais significativos às mulheres, bem como prejuízos ao desenvolvimento do vínculo mãe-bebê e ao processo de amamentação, dificultando a recuperação pós-parto (PAIVA *et al.*, 2022).

A VO é um tipo de violência de gênero que se manifesta durante o período de gestação, parto e pós-parto, e ocorrendo em diferentes formas, desde a falta de informação e orientação, até práticas abusivas e violentas por parte dos profissionais de saúde, podendo ser física, psicológica ou verbal e tem como principal característica a violação dos direitos humanos das mulheres, colocando em risco a sua saúde e bem-estar, bem como a saúde do feto e do recém-nascido (PAULA *et al.*, 2020).

Entre as práticas consideradas violência obstétrica estão: a realização de

procedimentos médicos sem consentimento da mulher, como a episiotomia (corte do períneo), o uso excessivo de medicamentos e procedimentos invasivos, a recusa em oferecer métodos de alívio da dor, o não respeito à escolha da posição de parto, o não reconhecimento da dor e dos sinais de sofrimento da mulher, o uso da força física ou verbal para controlar o comportamento da mulher, a falta de privacidade e respeito à intimidade, a falta de informação e orientação adequada, entre outras (MENEZES *et al.*, 2020).

A VO não apenas viola os direitos humanos das mulheres, como também pode ter consequências graves para a saúde e bem-estar das mulheres e seus bebês. A falta de respeito à escolha da posição de parto, por exemplo, pode resultar em um parto mais difícil e doloroso, enquanto o uso excessivo de medicamentos e procedimentos invasivos pode aumentar o risco de complicações e até mesmo de morte materna e neonatal. Além disso, ela pode causar traumas físicos e emocionais nas mulheres, afetando negativamente o processo de recuperação pós-parto, o desenvolvimento do vínculo mãe-bebê e a amamentação (MENEZES *et al.*, 2020).

Por isso, é fundamental que as mulheres tenham acesso a informações claras e precisas sobre seus direitos e opções de cuidados durante a gestação, parto e pós-parto, e que os profissionais de saúde sejam capacitados para oferecer cuidados de forma humanizada, respeitando a autonomia e os direitos das mulheres. A luta contra a VO é um passo importante para garantir a saúde e a dignidade das mulheres durante o período reprodutivo (MENEZES *et al.*, 2020).

Neste contexto, é importante conscientizar sobre a essa condição e seus prejuízos ao puerpério, a fim de promover a dignidade e o respeito à saúde reprodutiva das mulheres (PAIVA *et al.*, 2022).

## **MATERIAL E MÉTODOS**

Este estudo trata-se de uma revisão bibliográfica de natureza narrativa, que se concentra em sintetizar e relatar de forma descritiva o conhecimento existente sobre um tópico específico. Em contraste com revisões sistemáticas ou revisões de escopo, que seguem procedimentos metodológicos rigorosos e muitas vezes quantitativos para analisar e resumir a literatura de maneira objetiva, a revisão narrativa é mais qualitativa e subjetiva (ROTHER, 2007).

Nesse tipo de revisão, os autores destacam e discutem os principais conceitos, tendências e debates na literatura sobre um determinado assunto, muitas vezes contando uma história ou narrativa para ilustrar como o campo evoluiu ao longo do tempo (ROTHER, 2007).

Diante disso, foi definido a pergunta norteadora: “Como o enfermeiro atua frente à violência obstétrica e suas consequências?”.

O levantamento das produções científicas ocorreu no período entre setembro e outubro de 2023, na seguinte base de dados: Biblioteca Virtual em Saúde (BVS).

Para o levantamento foram utilizados Descritores em Ciências da Saúde (DeCS), a saber: violência obstétrica, enfermagem, danos psicológicos, puerpério. Logo após, realizada combinação em pares entre os descritores, inseridos no título, resumo,

assunto com o operador booleano “AND”.

Além disso, foram determinados critérios de inclusão como: Textos disponíveis, no período entre julho de 2018 a agosto de 2023, elaborados na língua inglesa e portuguesa.

Quanto aos critérios de exclusão: Artigos repetidos, teses e artigos que não se encontravam na íntegra.

Diante disso, a partir dos artigos encontrados, resultou 46 artigos que foram lidos na íntegra e selecionado ao final 07 artigos que contemplavam a pergunta norteadora.

## **DESENVOLVIMENTO**

### **O contexto histórico da violência obstétrica**

A violência obstétrica tem raízes históricas profundas, e entender seu contexto histórico ajuda a compreender as bases em que se desenvolveu. Durante séculos, o cuidado obstétrico foi dominado por homens, com pouca ou nenhuma participação das mulheres na tomada de decisões sobre seu próprio corpo e processo de parto. Essa falta de autonomia e controle sobre seu próprio cuidado criou as condições propícias para a violência obstétrica (ZANARDO *et al.*, 2017).

No passado, o parto era frequentemente medicalizado e realizado em ambiente hospitalar, onde os médicos assumiam o controle total do processo. Esse modelo de cuidado resultava em práticas invasivas, como o uso rotineiro de intervenções desnecessárias, como episiotomia, a administração excessiva de medicamentos e a realização de cesarianas sem indicação clínica. A mulher era vista como passiva e submissa, e suas escolhas e desejos não eram levados em consideração (ZANARDO *et al.*, 2017).

Além disso, muitos aspectos culturais e sociais também contribuíram para a perpetuação da violência obstétrica. O patriarcado, por exemplo, desempenhou um papel fundamental na subjugação das mulheres e na perda de seus direitos e autonomia durante o parto. A visão de que as mulheres eram emocionalmente frágeis e incapazes de tomar decisões informadas sobre seu próprio corpo e saúde também estava enraizada nas normas sociais (ZANARDO *et al.*, 2017).

Movimentos de conscientização e lutas por direitos das mulheres ao longo dos últimos séculos começaram a questionar e desafiar essas práticas abusivas e desrespeitosas. A partir da segunda metade do século XX, com o movimento feminista e a busca por autonomia e direitos reprodutivos, começaram a surgir vozes clamando por mudanças no sistema de cuidado obstétrico. Esses esforços foram impulsionados por pesquisas científicas que evidenciaram a importância do respeito à autonomia e às escolhas da mulher durante o parto (ZANARDO *et al.*, 2017; PAULA *et al.*, 2020).

Atualmente, a VO é reconhecida como uma violação dos direitos humanos e da saúde reprodutiva das mulheres. Organizações, pesquisadores, ativistas e profissionais de saúde estão trabalhando para promover um cuidado obstétrico humanizado, centrado na mulher e em suas escolhas, com o objetivo de prevenir e eliminar a violência obstétrica (ZANARDO *et al.*, 2017; PAULA *et al.*, 2020).

Compreender o contexto histórico permite entender o desenvolvimento e presença

nos dias atuais da violência obstétrica. Isto posto, a conscientização/conhecimento é essencial para promover uma mudança de paradigma e garantir um cuidado obstétrico respeitoso, seguro e empoderado para todas as mulheres (ZANARDO *et al.*, 2017).

É notório que nos últimos anos, esse tema obteve maior visibilidade devido a relatos de mulheres que compartilharam suas experiências traumáticas de parto e pós-parto, e pela busca por uma abordagem mais humanizada no cuidado obstétrico (ZANARDO *et al.*, 2017; PAULA *et al.*, 2020).

Movimentos de ativismo, organizações não governamentais e profissionais de saúde têm trabalhado para promover a conscientização sobre a VO, bem como para desenvolver políticas e diretrizes que protejam os direitos das mulheres durante o parto. Diante disso, oportunizou o reconhecimento da VO em outros países, com a implementação de leis e regulamentos que proíbem práticas abusivas e estabelecem diretrizes para o cuidado obstétrico respeitoso (PAIVA *et al.*, 2022).

Além disso, a comunidade acadêmica tem se envolvido em pesquisas sobre violência obstétrica, investigando suas causas, consequências e possíveis estratégias de prevenção e intervenção. Estudos têm destacado os impactos negativos da violência obstétrica na saúde mental das mulheres, no vínculo mãe-bebê, na experiência de amamentação e nos resultados do parto em si (ZANARDO *et al.*, 2017).

Portanto, uma abordagem multidisciplinar tem sido adotada para combater a violência obstétrica. Profissionais de saúde, como médicos, enfermeiras obstétricas e parteiras, estão sendo incentivados a praticar um cuidado centrado na mulher, respeitando sua autonomia, fornecendo informações claras e promovendo o consentimento informado. A formação de profissionais de saúde também está sendo aprimorada para garantir uma compreensão adequada dos direitos reprodutivos das mulheres e das práticas de cuidado baseadas em evidências (ZANARDO *et al.*, 2017). Além disso, destaca-se a importância do suporte emocional e psicológico no decorrer do parto e no pós-parto, ressaltando a necessidade de estabelecer um ambiente acolhedor e de confiança para as gestantes. A participação ativa da mulher nas decisões relacionadas aos cuidados obstétricos é crucial não apenas para prevenir a violência obstétrica, mas também para fomentar uma vivência de parto positiva (DIAS; PACHECO, 2022).

Contudo, mesmo diante dos avanços na conscientização e na implementação de mudanças, a batalha contra a violência obstétrica persiste. É imperativo que as gestantes estejam cientes de seus direitos, capacitadas a fazer valer suas escolhas e preferências durante todo o processo de cuidado obstétrico. A promoção de um ambiente seguro, respeitoso e empático é essencial para assegurar que todas as mulheres desfrutem de uma experiência de parto digna e positiva (ZANARDO *et al.*, 2017).

Nesse contexto, é relevante ressaltar que a violência obstétrica não se limita apenas às práticas durante o parto, estendendo-se também aos cuidados pós-parto. A atenção pós-natal deve ser permeada pelo mesmo respeito e empatia, reconhecendo as necessidades físicas e emocionais das mães, proporcionando um suporte contínuo que favoreça a adaptação ao novo papel materno e promova a saúde

mental. A efetiva integração da perspectiva da mulher no planejamento e execução dos cuidados pós-parto contribui para uma transição mais suave para a maternidade positiva (ZANARDO et al., 2017).

Adicionalmente, é crucial fomentar a capacitação dos profissionais de saúde, especialmente obstetras e enfermeiros obstetras, para que incorporem práticas humanizadas em todas as fases do processo de cuidado. Investir na formação continuada e na conscientização sobre a importância do respeito à autonomia da mulher é um passo fundamental para a transformação do cenário obstétrico, assegurando que cada gestante seja tratada com dignidade e receba assistência centrada em suas necessidades e desejos (DIAS; PACHECO, 2022).

### **As consequências físicas e psicológicas da violência obstétrica**

A violência obstétrica pode acarretar uma série de prejuízos físicos no puerpério, período pós-parto em que a mulher se recupera do parto e se adapta às demandas da maternidade. Esses prejuízos podem resultar de práticas invasivas, desnecessárias ou desrespeitosas durante o parto e incluem lesões físicas, complicações pós-operatórias e aumento do risco de infecções (DIAS; PACHECO, 2022).

Um dos prejuízos físicos mais comuns nesse contexto é a ocorrência de lesões. Práticas invasivas e desnecessárias, como a realização rotineira de episiotomia (corte cirúrgico no períneo) ou lacerações perineais, podem resultar em dor, desconforto e cicatrização mais lenta. Essas lesões podem comprometer a mobilidade e a qualidade de vida da mulher no pós-parto (AGUIAR; FELICIANO; TANAKA, 2022)

Além disso, ela também pode aumentar o risco de complicações pós-operatórias, especialmente em casos de cesariana. Procedimentos inadequados, falta de assepsia ou intervenções não indicadas clinicamente podem levar a hemorragias, infecções e problemas de cicatrização, prolongando a recuperação pós-parto e aumentando o desconforto físico da mulher (AGUIAR; FELICIANO; TANAKA, 2022)

Essa problemática também pode aumentar o risco de infecções no puerpério. A falta de higiene adequada durante procedimentos invasivos, a não observância dos protocolos de assepsia ou a realização de intervenções desnecessárias podem levar a infecções do trato urinário, infecções no local da incisão da cesariana ou outras infecções pós-parto (AGUIAR; FELICIANO; TANAKA, 2022)

Esses prejuízos físicos podem afetar o bem-estar da mulher no puerpério, comprometendo sua capacidade de cuidar de si mesma e do recém-nascido. E ainda podem interferir no processo de vinculação mãe-bebê e na amamentação, uma vez que a mulher pode estar enfrentando dor e desconforto físico (AGUIAR; FELICIANO; TANAKA, 2022).

Portanto, é essencial abordar e prevenir a violência obstétrica, promovendo um cuidado respeitoso e baseado em evidências durante o parto e no puerpério. Isso é fundamental para garantir a saúde e o bem-estar físico das mulheres nesse período crucial de suas vidas (RUSSO; NUCCI, 2020).

Além dos prejuízos físicos, também pode causar impactos negativos na saúde mental

das mulheres durante o puerpério. Essa experiência pode levar ao desenvolvimento de transtornos como a depressão pós-parto, a ansiedade e o transtorno de estresse pós-traumático (DIAS; PACHECO, 2022).

Mulheres que se deparam com essa realidade podem experimentar uma gama de sentimentos, como desamparo, medo, raiva, tristeza e a sensação de falta de controle sobre sua própria vivência no momento do parto. Essas emoções intensas têm o potencial de impactar adversamente a formação do vínculo entre mãe e bebê, o dinamismo familiar e a qualidade de vida da mulher (DIAS; PACHECO, 2022).

Dessa forma, essa experiência desafiadora pode desencadear uma relutância em buscar os cuidados de saúde apropriados no futuro, incluindo a influência na disposição para realizar exames de rotina, participar de consultas pós-parto e planejar aspectos reprodutivos (LEITE et al., 2022).

Adicionalmente, é essencial reconhecer que a vivência de um parto traumático pode transcender os limites temporais imediatos, perpetuando-se como uma sombra sobre a saúde mental da mulher ao longo do tempo. A manifestação dessas emoções pode se manifestar de maneiras diversas, podendo resultar em transtornos de ansiedade, depressão pós-parto ou outras complicações psicológicas. Portanto, é imperativo que os profissionais de saúde estejam sensibilizados para identificar sinais desses impactos emocionais e proporcionar um suporte adequado, encaminhando, quando necessário, para intervenções especializadas (DIAS; PACHECO, 2022).

Além disso, a criação de espaços seguros e acolhedores para o compartilhamento de experiências entre mulheres que passaram por situações semelhantes durante o parto pode ser uma estratégia valiosa na promoção da saúde emocional. A troca de vivências, o apoio mútuo e a compreensão empática entre pares têm o potencial de contribuir significativamente para o processo de cura e reconstrução da confiança na busca por cuidados de saúde, fortalecendo, assim, a resiliência e a capacidade de enfrentamento diante das sequelas emocionais desencadeadas por experiências obstétricas traumáticas (DIAS; PACHECO, 2022).

É fundamental que profissionais de saúde estejam atentos aos sinais de violência obstétrica e ofereçam um ambiente acolhedor, empático e respeitoso às mulheres durante o parto e no puerpério, oferecendo suporte emocional e encaminhamento adequado para serviços especializados em saúde mental, quando necessário (LEITE et al., 2022).

A conscientização sobre essa temática, a promoção de práticas baseadas em evidências, o respeito à autonomia das mulheres e a humanização do parto e do puerpério são passos importantes para garantir uma experiência segura, respeitosa e saudável para todas as mulheres (LEITE et al., 2022).

### **Atuação do enfermeiro frente à mulher passível de violência obstétrica**

O enfermeiro desempenha um papel fundamental na prevenção, identificação e enfrentamento da violência obstétrica, devido à presença constante o que possibilita um cuidado obstétrico respeitoso, centrado na mulher e baseado em evidências (MACIEL, 2022).

Os enfermeiros podem fornecer informações claras e compreensíveis sobre os

direitos das mulheres durante o parto e no período puerperal. Pois, possuem a responsabilidade de educar e orientar mulheres sobre o conceito de violência obstétrica, os direitos da gestante e puérpera e como buscar apoio e denunciar casos de violência (BORBA et al., 2022).

Aliás, os enfermeiros devem garantir que as mulheres recebam informações adequadas sobre os procedimentos e opções de cuidado obstétrico, permitindo tomadas de decisões conscientes para o seu próprio cuidado. Sendo necessário o consentimento da mulher antes de realizar qualquer procedimento ou intervenção (BORBA et al., 2022).

Nesse contexto, a equipe de enfermagem pode contribuir para a criação de ambientes de cuidado que sejam acolhedores, respeitosos e seguros para as mulheres. Isso inclui garantir a privacidade, respeitar a autonomia da mulher, promover a participação da família, utilizar uma linguagem respeitosa e empática, e estar atento aos sinais de desconforto ou medo por parte das mulheres (BORBA et al., 2022).

Souza e Silva (2022) identificaram estratégias utilizadas pelos enfermeiros para o acolhimento das mulheres que sofreram VO, como: escuta ativa; apoio emocional; oferta de informações claras e precisas sobre os direitos das gestantes; estabelecimento de vínculo terapêutico; realização de avaliações completas e o encaminhamento adequado para serviços especializados.

O estudo destaca ainda a importância da capacitação dos enfermeiros para lidar com a violência obstétrica, assim como a necessidade de promover mudanças nas políticas de saúde e nos protocolos institucionais, visando à prevenção e ao enfrentamento desse problema (SOUZA; SILVA, 2022). Somado a isso, Menezes et al. (2020) destacaram a necessidade de uma formação adequada que inclua o conhecimento sobre violência obstétrica, suas formas de manifestação e estratégias de prevenção, enfatizando a importância de um olhar crítico para identificar sinais de violência obstétrica, bem como a necessidade de atuar como defensores das mulheres e promover mudanças nas práticas institucionais.

A comunicação efetiva e o estabelecimento de um vínculo de confiança com as gestantes, a fim de facilitar a identificação de casos de violência obstétrica e oferecer um suporte adequado são também determinantes na atuação da equipe de enfermagem. Acrescido a necessidade de uma abordagem multiprofissional, trabalhando em conjunto com outros profissionais de saúde para garantir a segurança e o bem-estar das gestantes (MENEZES et al., 2020).

Por fim, o enfermeiro desempenha um papel essencial na promoção de um cuidado obstétrico livre de violência, buscando garantir o bem-estar físico, emocional e social das mulheres durante o parto e no período puerperal (MACIEL, 2022; BORBA et al., 2022). Esses profissionais devem estar preparados para reconhecer e agir diante dessa problemática, promovendo práticas de cuidado humanizadas, respeitadas e baseadas nos direitos das mulheres. (MENEZES et al., 2020). Por meio de estratégias de acolhimento, escuta, informação e encaminhamento, esses profissionais podem contribuir para a promoção de um cuidado humanizado, seguro e respeitoso às mulheres, buscando prevenir e enfrentar a violência obstétrica em

todas as suas dimensões (SOUZA; SILVA, 2022).

O papel do enfermeiro frente à violência obstétrica envolve diversas responsabilidades, que visam garantir o bem-estar da gestante e da parturiente, além de promover um ambiente de assistência ao parto respeitoso e livre de violência.

Visando discorrer sobre isso, através do instrumento metodológico, selecionou-se 07 artigos que respondem à pergunta norteadora que estão elencados abaixo no quadro 1.

**Quadro 1 – Quadro Sinóptico**

TÍTULO	CITAÇÃO	PRINCIPAIS RESULTADOS
Vivências sobre violência obstétrica: Boas práticas de enfermagem na assistência ao parto	NASCIMENTO et al., 2023	<ul style="list-style-type: none"> <li>Participação ativa do enfermeiro durante o pré-natal</li> <li>Realizar educação em saúde com os pais a fim de orientar sobre os direitos da gestante e puérpera</li> </ul>
Violência obstétrica: fatores desencadeantes e medidas preventivas de enfermagem	SOUZA et	implementar programas e políticas direcionadas ao bem-estar da mãe e do filho.
Atuação dos profissionais de saúde e o processo de humanização no centro obstétrico	VELOSO et al., 2020	<ul style="list-style-type: none"> <li>Necessidade imperativa de reformar as práticas cotidianas, consolidar a adoção de abordagens fundamentadas em evidências científicas, incentivando os profissionais e a sociedade a garantir às gestantes um atendimento de saúde equitativo, remediativo e livre de violência obstétrica.</li> </ul>
Violência obstétrica e os cuidados de enfermagem: reflexões a partir da literatura	CASTRO et al., 2020	<ul style="list-style-type: none"> <li>Os resultados destacaram a presença de humilhações e a realização de procedimentos desnecessários durante o parto. O cuidado de enfermagem surge como crucial na redução desses procedimentos invasivos, enfatizando métodos não farmacológicos, acolhimento digno, escuta ativa e apoio físico e emocional.</li> </ul>
O olhar de residentes em Enfermagem Obstétrica para o contexto da violência obstétrica nas instituições	MENEZES et al., 2020	<ul style="list-style-type: none"> <li>Práticas inadequadas durante a assistência ao parto, a execução de procedimentos dispensáveis com intenções didáticas, bem como o preconceito baseado em gênero, etnia e condição social e econômica</li> </ul>
Mulher e parto: significados da violência obstétrica e a abordagem de enfermagem	OLIVEIRA; ELIAS; OLIVEIRA, 2020	<ul style="list-style-type: none"> <li>Necessidade de fortalecer a consulta de pré-natal proporcionada pelo enfermeiro, abordando temas diversos e reflexivos, e oferecendo uma saúde integral de qualidade, com enfoque tanto curativo quanto preventivo.</li> </ul>
Cuidados de enfermagem na prevenção da violência obstétrica	MOURA et	<ul style="list-style-type: none"> <li>Identificar a assistência de enfermagem na prevenção da violência obstétrica.</li> <li>O papel do enfermeiro enfatiza a busca pelo vínculo com a parturiente como meio de proporcionar um parto saudável, visando evitar a ocorrência da violência obstétrica.</li> </ul>

Fonte: o próprio autor (2023).

A assistência ao parto sofreu uma transformação significativa ao longo da história,



passando de um evento principalmente conduzido por mulheres, apoiado pela solidariedade feminina, para um processo medicalizado e hospitalar, no qual a mulher perdeu seu protagonismo. Esse cenário deu origem a várias formas de violência obstétrica (VO), que incluem condutas inadequadas durante o parto (ZANARDO *et al.*, 2017; PAULA *et al.*, 2020).

Durante a análise dos artigos selecionados foi possível observar diversos estudos nos quais retratam situações e implicações sobre a violência doméstica.

Diante disso, muitos autores, destacam episiotomia sem indicação, a manobra de Kristeller, relatos de procedimentos obstétricos sem consentimento e/ou explicação, como o uso de ocitocinas e toques vaginais desnecessários, piadas inapropriadas e desrespeito à anatomia da mulher (CASTRO *et al.* 2020; MENEZES, *et al.*, 2020; NASCIMENTO, *et al.*,2023).

Ademais a existência de práticas desumanas durante o ciclo gravídico puerperal, incluindo violência verbal, psicológica e física. Uso de rispidez, falta de paciência, ameaças de desamparo durante a assistência, bem como comentários pejorativos. Refletindo uma violência de cunho verbal e psicológico que afeta o bem-estar emocional e físico das mulheres durante o parto. E além disso, a peregrinação em busca de atendimento de saúde sendo identificada como uma forma de violência obstétrica (CASTRO *et al.* 2020; MENEZES, *et al.*, 2020; OLIVEIRA; ELIAS; OLIVEIRA, 2020).

Apesar das prevalências de violências obstétricas, foi possível diagnosticar artigos nos quais relatavam boas práticas e os cuidados de enfermagem no processo de prevenção à VO (NASCIMENTO, *et al.*,2023).

É evidente a necessidade do profissional enfermeiro, desde o pré-natal, orientar a respeito da violência obstétrica e educar acerca dos direitos da gestante, parturiente e puérpera. Fornecer informações claras em linguagem acessível, respeitar o tempo para tomada de decisões e garantir o direito de escolher uma pessoa para acompanhá-la durante o pré-natal e o parto. Ou seja, empoderar mulheres a defenderem seus direitos e receberem cuidados respeitosos durante o processo de parto e pós-parto (OLIVEIRA; ELIAS; OLIVEIRA, 2020; SOUSA, *et al.*, 2021; NASCIMENTO, *et al.*,2023).

Dessa maneira, o enfermeiro desempenha um papel importante na promoção da educação em saúde, desmistificando a cultura da cesárea e destacando os benefícios do parto normal, quando possível. Isso permite que as gestantes tomem decisões mais conscientes sobre o método de parto a ser escolhido, além de articular a respeito da humanização do parto (VELOSO, *et al.*, 2020). O uso dessas boas práticas de enfermagem na assistência à parturiente promove a humanização do parto, capacita as mulheres a exercerem seu papel de protagonistas e reduz as intervenções desnecessárias, consideradas VO, realizadas por alguns profissionais de saúde (CASTRO *et al.* 2020; SOUSA, *et al.* 2021).

As boas práticas incluem o suporte às necessidades da mulher, o atendimento baseado em evidências científicas, o acolhimento, apoio físico e emocional, criação de um ambiente acolhedor, escuta ativa e fornecimento de informações, a participação da família e a busca por um parto humanizado e seguro (CASTRO *et al.* 2020;

NASCIMENTO, *et al.*, 2023).

Essas situações revelam a importância de discutir e abordar a violência obstétrica nos ambientes hospitalares e ambulatoriais e fornecem importantes reflexões e contribuições para a área da assistência à saúde da mulher, com foco em obstetrícia e saúde materna (CASTRO *et al.* 2020; NASCIMENTO, *et al.*, 2023).

Além do mais, é necessário que os profissionais de saúde obtenham capacitação adequada e que as instituições de saúde implementem políticas para prevenir a VO e promover o bem-estar das mulheres durante o parto. Bem como, promover a conscientização sobre o tema e empoderar as mulheres para que possam exigir um atendimento digno e respeitoso durante o parto (MENEZES, *et al.*, 2020).

Assim sendo, a equipe de enfermagem deve proporcionar um ambiente acolhedor, garantir privacidade, informar sobre o trabalho de parto, estimular a deambulação e oferecer suporte para o aleitamento materno ou artificial (MOURA, *etal.*, 2020).

Ademais, todos os profissionais envolvidos na assistência ao parto, incluindo profissionais de saúde, bem como funcionários administrativos, devem receber formação e sensibilização em relação à humanização do cuidado, incluindo o acolhimento. É fundamental que a assistência considere tanto os aspectos fisiológicos quanto emocionais da parturiente, proporcionando uma experiência positiva, minimizando inseguranças e angústias (VELOSO, *et al.*, 2020).

Assim sendo, diversas são as vantagens da assistência humanizada no parto, indicando a necessidade de integrar essas mudanças no padrão de atenção à saúde da mulher de maneira abrangente. Isso requer a assimilação de novas práticas pelos profissionais de saúde, que garantam a saúde e os direitos das mulheres e de seus recém-nascidos e adotem o modelo humanizado de atenção como filosofia institucional, respeitando a fisiologia da mulher e promovendo os interesses de todos (VELOSO, *et al.*, 2020).

Por fim, Moura, *et al.*, (2018) identificaram a reduzido número de publicações relacionadas ao enfermeiro prestando assistência na prevenção da VO, assim como a carência de artigos que demonstrem o sucesso das ações preventivas. Também escassez de artigos que abordam as condutas de enfermagem para prevenir essa violência nos serviços de saúde.

Portanto, é necessário reconhecer e prevenir a violência obstétrica, bem como promover cuidados de enfermagem na promoção de práticas humanizadas durante a gestação, o parto e o nascimento (CASTRO *et al.* 2020). Dessa maneira, a educação em saúde desempenha um papel crucial na capacitação das mulheres para tomarem decisões informadas sobre seu cuidado durante a gravidez e o parto.

## **CONCLUSÃO**

A violência obstétrica é um fenômeno que ainda persiste na prática obstétrica, afetando as mulheres durante um dos momentos mais sensíveis de suas vidas: o parto.

Este tipo de violência envolve tratamentos desumanos, procedimentos invasivos desnecessários, falta de consentimento informado, desrespeito às escolhas da

parturiente e até mesmo abuso verbal ou físico. A violência obstétrica pode ocorrer em hospitais, clínicas ou qualquer ambiente onde o parto seja realizado, muitas vezes de forma sutil, tornando-a ainda mais insidiosa.

As causas da violência obstétrica são multifacetadas. Elas incluem hierarquias no sistema de saúde, falta de sensibilidade e comunicação por parte dos profissionais de saúde, pressão para adotar intervenções médicas, desinformação das gestantes, falta de regulamentação e, em alguns casos, preconceitos de gênero. As consequências, por outro lado, podem ser profundas e duradouras, afetando a saúde física e emocional das mulheres, podendo resultar em traumas, medo do parto subsequente, depressão pós-parto, entre outros problemas.

Nesse contexto, o enfermeiro desempenha um papel crucial na prevenção da violência obstétrica. É responsabilidade desse profissional promover boas práticas obstétricas, explicar procedimentos de maneira que as pacientes compreendam, evitar intervenções invasivas e dolorosas, respeitar as escolhas das mulheres e garantir um atendimento humanizado. Além disso, o enfermeiro deve estar atento aos fatores de risco para a violência obstétrica e investigar sistematicamente a violência doméstica, que pode tornar as gestantes mais vulneráveis.

No entanto, a prevenção da violência obstétrica vai além da atuação dos profissionais de saúde. Envolve o empoderamento das mulheres para que possam fazer escolhas informadas e exercer seus direitos durante o parto.

Em conclusão, a violência obstétrica é um problema sério que afeta as mulheres em um momento crucial de suas vidas. A prevenção desse tipo de violência requer uma abordagem multidisciplinar, envolvendo profissionais de saúde, gestantes, legisladores e a sociedade. E o papel do enfermeiro é fundamental nesse processo, garantindo que a assistência obstétrica seja baseada no respeito, dignidade e escolhas informadas pelas mulheres, contribuindo assim para uma experiência mais segura e positiva durante o parto.

## REFERÊNCIAS

AGUIAR, C. A.; FELICIANO, R. G.; TANAKA, A.C.A. Near-miss materno e violência obstétrica: uma relação possível? **Sexualidad, Salud y Sociedad**, Rio de Janeiro, n. 38, p. 3-22, 2022. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/sess/a/bYJ9GBSKBp34byfxpTXFMYv/>. Acesso em: out. 2023.

CASTRO, A.T.B. et al. Violência obstétrica e os cuidados de enfermagem: reflexões a partir da literatura. **Enferm. Foco**, Ceará, v.11, n.1, p. 176-181, 2020. Disponível em: <http://revista.cofen.gov.br/index.php/enfermagem/article/view/2798>. Acesso em: nov. 2023.

BITENCOURT, A.C.; OLIVEIRA, S. L.; RENNÓ, G. M. Obstetric violence for professionals who assist in childbirth. **Revista Brasileira de Saúde Materno Infantil**, Recife, v. 22, n. 4, p. 943–951, 2022. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbsmi/a/WTdCwpYf5CrLpWL5y4wYfMp/>. Acesso em: out. 2023

BORBA, B.G. et al. **Atuação do enfermeiro na prevenção da violência obstétrica: uma revisão integrativa**. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Enfermagem) - Universidade Salvador, 2022. Acesso em: out. 2023.

DIAS, S.L.D.; PACHECO, A.O. Marcas do parto: As consequências psicológicas da violência obstétrica. **Revista Arquivos Científicos (IMMES)**, Macapá, v. 3, n. 1, p. 04-13, 2020. Disponível em: <https://arqcientificosimmes.emnuvens.com.br/abi/article/view/232/115>. Acesso em: out. 2023.

LEITE, T.H. *et al.* Desrespeitos e abusos, maus tratos e violência obstétrica: um desafio para a epidemiologia e a saúde pública no Brasil. **Ciência & Saúde Coletiva [online]**, Rio de Janeiro, v. 27, n. 02, p. 483-491, 2022. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csc/a/vWq9rQQg8B8GhcTb3xZ9Lsj/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: out. 2023.

MACIEL, C.S. **O papel do enfermeiro frente à violência obstétrica: uma revisão integrativa**. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Enfermagem) – Centro Universitário FADERGS, 2022. Acesso em: out. 2023.

MENEZES, F. R. *et al.* O olhar de residentes em Enfermagem Obstétrica para o contexto da violência obstétrica nas instituições. **Interface - Comunicação, Saúde, Educação**, Botucatu, v. 24, p. e180664, 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/icse/a/SNcjQGxYnDGYbfXPCTvcsgq/abstract/?lang=pt>. Acesso em: nov. 2023.

MOURA, R.C.M. *et al.* Cuidados de enfermagem na prevenção da violência obstétrica. **Enferm. Foco**, Brasília, v.9, n.4, p. 60-65, 2018. Disponível em: <http://revista.cofen.gov.br/index.php/enfermagem/article/view/1333/480>. Acesso em: nov. 2023.

NASCIMENTO, D.E.M. *et al.* Vivências sobre violência obstétrica: Boas práticas de enfermagem na assistência ao parto. **Nursing (Ed. bras., Impr.)**, Osasco, v.25, n.291, p. 8242-8253, 2022. Disponível em: <https://pesquisa.bvsalud.org/portal/resource/pt/biblio-1391859>. Acesso em: nov. 2023.

OLIVEIRA, M.R.R.; ELIAS, E.A.; OLIVEIRA, S.R. Mulher e parto: significados da violência obstétrica e a abordagem de enfermagem. **Rev. enferm. UFPE online**, Pernambuco, v.14, p.1-8, 2020. Disponível em: <https://pesquisa.bvsalud.org/portal/resource/pt/biblio-1096980>. Acesso em: nov. 2023.

RUSSO, J.A.; NUCCI, M.F. Parindo no paraíso: parto humanizado, ocitocina e a produção corporal de uma nova maternidade. **Interface - Comunicação, Saúde, Educação**, Botucatu, v. 24, p. e180390, 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/icse/a/Q9CWrhkFjsRGYryBYrj5ddG>. Acesso em: out. 2023.

SOUSA, M.P.V. *et al.* Violência obstétrica: fatores desencadeantes e medidas preventivas de enfermagem. **Nursing (Ed. bras., Impr.)**, Osasco, v.24, n.279, p. 6015-6024, 2021. Disponível em: <https://pesquisa.bvsalud.org/portal/resource/pt/biblio-1343402>. Acesso em: nov. 2023.

SOUZA, A.C.O.; SILVA, A.A. Atuação do enfermeiro na prevenção da violência obstétrica. **Congresso Científico da Faculdade de Enfermagem UNICAMP**, São Paulo, n.2, e20224739, 2022. Disponível em: <https://econtents.bc.unicamp.br/eventos/index.php/ccfenf/article/view/4739>. Acesso em: out. 2023.

PAIVA, A. M. G. *et al.* Representações sociais da violência obstétrica para puérperas e profissionais da saúde: análise fatorial de correspondência. **Cogitare Enfermagem**, Paraná, v. 27, p. e75198, 2022. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cenf/a/QwjYXhTt8BKBzhqcn3RRLqv/abstract/?lang=pt>. Acesso em: out. 2023.

PAULA, E. *et al.* Obstetric violence and the current obstetric model, in the perception of health managers. **Texto & Contexto - Enfermagem**, Santa Catarina, v.29, p. e20190248, 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/tce/a/phCvS8RYbtynZz66TZnXvGN/>. Acesso em: out. 2023.

VELOSO, A.C.F. *et al.* Atuação dos profissionais de saúde e o processo de humanização no centro obstétrico. **Nursing (Ed. bras., Impr.)**, Osasco, v.23, n.268, p.4570-4579, 2020. Disponível em: <https://pesquisa.bvsalud.org/portal/resource/pt/biblio-1145303>. Acesso em: nov. 2023.

ZANARDO, G. L. P. *et al.* Violência obstétrica no brasil: uma revisão narrativa. **Psicologia & Sociedade**, São Paulo, v. 29, p. e155043, 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/psoc/a/J7CMV7LK79LJTnX9gFyWHNN/abstract/?lang=pt>. Acesso em: out. 2023.